

Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa

ATA DE REUNIÃO DADOS	
Local, Data e horário	Sala Virtual Microsoftteams - 02/06/2023, das 14h30 às 16h30
Tema	2ª Reunião do Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa - 2023
Relatora	Danúbia Rocha Vieira

Participantes	Instituição
João Luiz de Carvalho Botega	MPSC
Kátia de Jesus Wermelinger	MPSC
Luciana Andrea Mattos	MPSC
Danúbia Rocha Vieira	TJSC
Lilian da Silva Domingues	TJSC
Natália Bueno	OAB
Daniele Espezim	UNISUL
Marinez C. Zambon	FECAM
Ludmilla Castro Malta	SES
Elimary Martins	UDESC
Juliane Schlichting	DPESC
Janete Grobe	SAPS
Débora Ruviano	SED
Myriane Gonçalves Porto	SDS
Carolina Bassani	SDS
Leila Muniz	SDS
Saymon Schneider	SDS
Morgana Lauz de Souza	SDS

Pauta
Abertura e Boas-Vindas
1 Semana da Justiça Restaurativa;
2 Participação do GGJR/SC no Seminário Estadual do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes;
3 Participação do GGJR/SC no Projeto Rondon;
4 Formulário de Ações de Justiça Restaurativa;
5 Formação de Formadores de Justiça Restaurativa.

Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa

Relato e encaminhamentos

Acolhimento e apresentação de todos os presentes com integração ao GGJR-SC da representante da Secretaria de Estado da Educação, Débora Ruviaro. Em seguida, foram abordados os itens da pauta com as seguintes deliberações e encaminhamentos:

1. **Semana da Justiça Restaurativa:** levantou-se a necessidade de algumas definições por parte do Grupo Gestor para que a Comissão Técnica pudesse iniciar o delineamento de uma proposta de programação.

A partir disso, foram definidos:

Tema: Justiça Restaurativa na Educação;

Formato: priorização de ações presenciais/vivenciais, as quais, quando possível, serão gravadas e disponibilizadas publicamente posteriormente.

Local e responsabilidade pela estrutura/organização: várias instituições apontaram a disponibilidade de espaço físico para as ações, contudo, anteciparam provável dificuldade de arcar com a organização das ações (inscrições, coffe break, certificação, etc...). Foi acordado que os representantes verificariam com suas respectivas instituições os recursos e estrutura disponíveis para a realização da Semana da Justiça Restaurativa e sinalizariam no grupo de whatsapp, até dia 16/06;

Programação: definiu-se pela criação de duas comissões para construção de uma proposta inicial de: 1) evento presencial; 2) atividades práticas complementares. Serão criados subgrupos de whatsapp e disponibilizados os respectivos links de acesso no grupo do GGJR/SC para participação dos interessados. As discussões dos dois subgrupos devem ser trazidas ao coletivo em reunião extraordinária, agendada para o dia 22/06.

2. **Participação do GGJR/SC no Seminário Estadual do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes:** o Grupo sugeriu a consulta ao magistrado Alexandre Takaschima. Marinez, representante da Fecam, instituição que está organizando o evento, fará contato.

3. **Participação do GGJR/SC no Projeto Rondon:** Elimary mencionou que já vem conversando com Juliane sobre a organização das ações. Considerando que a discussão dos itens anteriores se estendeu ocupando grande parte do encontro, foi agendada reunião extraordinária (22/06) para retomar o assunto;

Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa

4. **Formulário de Ações de Justiça Restaurativa:** o formulário foi construído pela Comissão Técnica, conforme encaminhamento da última reunião e será disponibilizado no grupo e whatsapp do Grupo Gestor, com prazo de preenchimento o dia 16/06;
5. **Formação de Formadores de Justiça Restaurativa:** Considerando que a discussão dos itens anteriores se estendeu ocupando grande parte do encontro, foi agendada reunião extraordinária (22/06) para retomar o assunto;
6. **Outros assuntos:** Ludmilla, representante da Secretaria de Estado da Saúde, solicitou a inclusão como ponto de pauta da Resolução CNJ n. 487/2023, a qual institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Considerando que a discussão dos itens anteriores se estendeu ocupando grande parte do encontro, foi agendada reunião extraordinária (23/06) para retomar o assunto

Ata encaminhada aos presentes para apreciação em 13 de junho de 2023.
Dispensadas as assinaturas